



braços da política de expansão do capitalismo contemporâneo, encontrando na escola um *locus* estratégico para a formação da mentalidade ajustada a um mundo que opera e se constitui em torno do mercado. No mais das vezes, foi vinculada umbilicalmente ao gerencialismo, cujas críticas que recebeu da educação são conhecidas e extrapolam o objeto dessa apresentação. Somente a referência a esse vínculo é suficiente para entender a natureza das críticas.

A partir desse pano de fundo, as críticas à avaliação destinaram-se a diversos pontos: os altos custos da política, a imposição por parte dos governos, o incentivo desmedido a uma competição na escola e entre as escolas, o falseamento dos resultados para fins de propaganda política, a insuficiência do que é avaliado pelos instrumentos, a supremacia do argumento estatístico sobre o pedagógico, a linguagem autorreferenciada e incompreensível, o aprofundamento de desigualdades, a modelagem para o mercado, a preocupação com os resultados e não com o processo de aprendizagem, o uso punitivo em relação aos professores, a constituição de uma hierarquia entre as disciplinas escolares, o ensinar para o teste e muitos outros. É possível enfrentar essas críticas uma a uma, reconhecendo preocupações válidas e, também, exageros. Uma análise mais profunda, no entanto, mostraria que, na maior parte das vezes, tais críticas são preestabelecidas sem lastro empírico e ancoragem em evidências (curiosamente, também uma crítica dirigida à avaliação). Elas se direcionam mais ao contexto macropolítico no qual vivemos do que propriamente ao instrumento e à forma como a política de avaliação desenvolveu-se no país.

Em rápidas palavras, as avaliações têm mostrado resultados preocupantes em todas as etapas de escolaridade, evidenciando problemas profundos de aprendizagem (o que descarta, de saída, seu uso como propaganda governamental); o ensinar para o teste, quando existe, não tem surtido efeitos; os custos da política são ínfimos em relação aos gastos gerais destinados à educação; se houve uma implementação *top/down* da política de avaliação, hoje ela é apoiada, em grande parte, pelos atores das redes de ensino, e seus resultados têm sido utilizados para o desenho de políticas públicas destinadas a enfrentar os problemas identificados; não há evidências do aumento de desigualdades educacionais provocado pela avaliação, assim como não há evidências acerca do aumento da competição entre os alunos no interior das escolas; a limitação dos instrumentos é um ponto de partida da avaliação, não um problema incontornável – todo instrumento é limitado, assim como qualquer medida produzida com base nele. Sem propor uma defesa cega da avaliação, que, evidentemente, apresenta limitações, cumpre notar que a política de avaliação assumiu um papel de protagonismo nas últimas décadas no Brasil, que não pode ser atribuído somente a imposições governamentais e à alienação provocada pela ideologia capitalista.

Um caminho promissor para a compreensão da avaliação em larga escala é analisar em detalhe suas capacidades e vicissitudes, produzindo evidências sobre seus usos e efeitos. A maior parte dos problemas apontados pela crítica está vinculada mais diretamente ao uso que se faz do instrumento do que a ele próprio, ou à ideia de avaliação em si, embora o ato de avaliar ainda não tenha encontrado um tratamento adequado pela teoria educacional, levantando divergências mesmo quando se trata da avaliação interna à sala de aula, conduzida pelo professor. Uma incursão antropológica pela avaliação na escola poderia mesmo dizer que ela é uma espécie de *persona non grata* presente, considerada por vezes necessária, mas definitivamente incômoda.

Todos esses fatores levaram a avaliação educacional a uma posição secundária nos cursos de Pedagogia e licenciaturas, de modo que o tema nunca assumiu protagonismo na formação inicial dos profissionais que integram as fileiras da estrutura educacional, da equipe das secretarias às salas de aula. Entretanto, um dos primeiros desafios apresentado a esses já profissionais é lidar com os resultados da avaliação e as pressões (muitas vezes, desmedidas) que deles decorrem. A lacuna em torno da avaliação é, então, sentida especialmente pelo diretor de escola, em regra, a via de entrada da avaliação nas escolas e de quem se espera que organize o trabalho com base nessas informações, e pelos professores.

A despeito das críticas contínuas que recebeu ao longo dos anos, desde a implementação do SAEB, no início dos anos 1990, a avaliação em larga escala consolidou-se com uma das principais políticas educacionais no país, como pode ser observado por sua longevidade e continuidade. Atravessando governos de diferentes orientações ideológicas, a avaliação não apenas sobreviveu às três últimas décadas, mas desenvolveu-se e ampliou-se. Esse movimento é notório pelo surgimento de sistemas estaduais e municipais de avaliação, paralelamente à expansão do próprio sistema nacional. Os resultados da avaliação passaram a ser utilizados como suporte para a tomada de decisões nos mais diferentes níveis educacionais. As secretarias estaduais de educação tomaram a frente desse processo, assumindo protagonismo ao estabelecer parcerias com os municípios no que diz respeito à avaliação e ao compromisso com a melhoria da qualidade da educação, reforçando, assim, o pacto federativo. Esse processo de expansão é tributário muito mais da percepção da utilidade real da avaliação como base para orientar a tomada de decisões, concedendo a elas maior legitimidade, do que de uma dominação ideológica de organismos internacionais.

Ao tempo em que se tornou política pública consolidada na agenda educacional brasileira, a avaliação experimentou seu desenvolvimento como fonte e objeto de pesquisa. Impulsionada, mas não somente, pela pesquisa em eficácia escolar, que tem na avaliação uma fonte privilegiada de dados, a avaliação, como política e instrumento, passou a angariar espaço como tema de pesquisa. O Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF, ao qual a Revista Pesquisa e Debate em Educação está vinculada, é um exemplo disso. A utilização dos resultados e sua incorporação, no cotidiano das redes e escolas, como informação de suporte para o planejamento educacional tornaram-se temas centrais de pesquisa no âmbito da avaliação, o que não pode esconder a variedade de outros objetos de pesquisa que a área enseja: a elaboração de instrumentos, a produção de medidas, a aplicação dos testes, as características dos testes, a produção de indicadores, os questionários contextuais, a forma de divulgação dos resultados, a maneira como os resultados são lidos e interpretados, as ações de estímulos para a apropriação dos dados na escola, as políticas associadas aos resultados da avaliação, a escolha das habilidades a serem avaliadas, as parecerias estabelecidas entre os entes federados, as ações desenvolvidas a partir dos resultados para o enfrentamento de problemas por eles identificados, ações de capacitação dos atores escolares para o trabalho com a avaliação, a avaliação (política) como instrumento de avaliação de outras políticas, a avaliação como instrumento para o diagnóstico de desigualdades, o estudo do efeito-escola, as relações estabelecidas com o currículo e com as ações pedagógicas dos professores, entre muitos outros. Tudo isso é multiplicado pelas etapas e modalidades de ensino (avaliação na educação infantil, no ciclo de alfabetização, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação superior, na educação de jovens e adultos, nas escolas de tempo integral) e pelos tipos de avaliação (formativa, somativa, diagnóstica, digital, impressa etc.). A avaliação, como objeto de estudo, é um fenômeno multifacetado, não podendo ser reduzida ao mau uso de seus resultados, como faz parecer a crítica.

É em reconhecimento a essa pluralidade de caminhos, entradas e interesses que o presente dossiê foi organizado. Nele, uma parte dessa diversidade de pesquisas em torno da avaliação é retratada. Os autores aqui presentes são pesquisadores, professores, acadêmicos e intelectuais que tomam a avaliação como tema de pesquisa e como fonte de dados, não para o estabelecimento de uma posição que a defende a qualquer custo, mas compreendendo-a como um instrumento e uma política que, ao reconhecer seus próprios limites, coloca-se a serviço da melhoria da qualidade da educação. Seus artigos representam uma contribuição inestimável para a pesquisa em avaliação educacional no país.

O dossiê conta com uma contribuição robusta de autores destinados a analisar a avaliação na educação infantil. O artigo de Maria Malta Campos discute o tema da avaliação das políticas de educação infantil no Brasil, descortinando o contexto histórico de formação dos consensos que estão sendo questionados atualmente e analisando as propostas de avaliação da qualidade do atendimento a essa etapa de qualidade. Bruna Ribeiro apresenta os resultados de um estudo de caso realizado em um município da região metropolitana de Salvador/BA, por meio do qual é investigado um conjunto de variáveis que afetam a avaliação da aprendizagem das crianças na educação infantil. Rita de Cássia de Freitas Coelho e Alice de Paiva Macário apresentam as propostas de avaliação da educação infantil que estão sendo construídas pelo CAEd/UFJF, que podem ser aplicadas complementar ou independentemente: pesquisa de campo com o uso de questionários *online*, avaliação por meio de observação e avaliação das condições de oferta. O artigo de Catarina Moro discute, a partir da abordagem avaliativa do contexto, as vicissitudes e virtudes da restituição (entendida numa lógica negocial, participativa e formativa), contrapondo-a à lógica classificatória e excludente associada à escola e, particularmente, à avaliação. Cláudia Oliveira Pimenta analisa iniciativas de avaliação da educação infantil em dois municípios de São Paulo, apontando seus limites e suas potências, mostrando que, em parte, essas ações reproduzem elementos de avaliações destinadas a outras etapas de escolaridade. O artigo de Patrícia Corsino e Jordanna Castelo Branco analisa os resultados de uma avaliação de contexto em uma escola de educação infantil da rede pública municipal do Rio de Janeiro. As autoras dão ênfase às práticas educativas de oralidade, leitura e escrita, chamando atenção para a potência formativa da proposta de avaliação analisada. Lívia Fraga e Edmilson Pereira apresentam uma análise sobre a percepção de professores da educação básica acerca das condições de infraestrutura escolar e da satisfação profissional, como foco na educação infantil. O artigo de Bruno Tovar Falciano e Maria Fernanda Rezende Nunes debruça-se sobre os efeitos da obrigatoriedade escolar na educação infantil em uma amostra das redes municipais do estado do Rio de Janeiro, avaliando o atendimento à pré-escola, suas formas de expansão, a infraestrutura e os impactos no atendimento à creche.

Somam-se a eles, artigos de diferentes abordagens, da análise de itens a políticas de *accountability*. Begma Tavares, Hilda Micarello e Rosângela Ferreira discutem o tema da complexidade dos textos utilizados como suporte para os itens de avaliações em larga escala em Língua Portuguesa, definindo quatro níveis de complexidade. O artigo de Marcelo Burgos analisa a mudança da avaliação externa no sistema educacional brasileiro, passando de instrumento

de controle externo a ferramenta fundamental no cotidiano da escola, fazendo surgir, nesse movimento, novos sujeitos no mundo da educação, dotados de uma nova linguagem. Reynaldo Fernandes e Amaury Patrick Gremaud analisam o movimento das políticas de *accountability* e da avaliação nas duas últimas décadas no Brasil, apresentando uma revisão da literatura internacional sobre o tema e avaliando os impactos desse movimento sobre a melhoria da aprendizagem. Com base em pesquisa qualitativa, Edivaldo Cesar Camarotti Martins e Adolfo-Ignácio Calderón analisam os fatores contextuais de eficácia escolar que contribuíram para que uma escola pública do estado de São Paulo, localizada em uma região de alta vulnerabilidade, fosse capaz de superar as metas do IDEB projetadas para os anos de 2007, 2009 e 2011. Com o objetivo de orientar políticas públicas para a educação básica, Joaquim José Soares Neto e Elianice Silva Castro apresentam uma proposta de escalas de infraestrutura específicas para todos os segmentos de ensino, definindo uma infraestrutura mínima para cada um deles. Tufi Machado e Mariana Calife Nóbrega Soares dedicam-se a analisar os sistemas de admissão (exames, provas e métodos de mensuração empregados) ao ensino superior em diversos países, incluindo o Enem.

Em todos os casos, o que está em jogo não é uma defesa irrefletida da avaliação ou a crença ingênua de que não possuindo limites, ela assume um caráter soteriológico em relação à escola e à educação. O dossiê é um convite ao leitor que deseja conhecer mais sobre a avaliação educacional, fornecendo um mapeamento para um primeiro contato, e, ao mesmo tempo, oferece ao leitor iniciado um leque de pesquisas conduzidas por importantes autores na área, retratando o quão multifacetado é seu objeto.

Wagner Silveira Rezende

Juiz de Fora, junho de 2020